

# HISTÓRIA QUILOMBOLA NO CHÃO

## No caminho para o ensino de uma antropologia imersa na vida



QUILOMBOLA HISTORY ON THE GROUND  
On the way to teaching an anthropology immersed in live

Rafael Palermo Buti

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Instituto de Humanidades e Letras | Malês, Brasil  
rafaelpbuti@unilab.edu.br | ORCID iD: 0000-0002-3505-3095

### Resumo

Este artigo apresenta práticas de ensino em antropologia realizadas na Unilab do Campus dos Malês, no Recôncavo Baiano. Tomando como referência atividades realizadas em colaboração com/nas comunidades quilombolas da região, a intenção é propor modos de ensinar que levem em consideração as perspectivas, lugares e formas de conhecimento das pessoas que engajamos no fazer antropológico. Ao deslocar os processos de aprendizado para os territórios e lugares onde a vida das pessoas se realiza, pretende-se mostrar que o ensino de antropologia pode ser uma experiência imersa na vida. Ressalta-se que a inclusão de metodologias colaborativas comunitárias nos modos de ensinar antropologia é efeito da democratização do acesso à universidade pública no Brasil, e uma forma de sedimentar a virada pedagógica em benefício da representatividade epistêmica das pessoas e grupos sociais historicamente excluídos dos espaços universitários.

### Palavras-chave

Antropologia e educação; História quilombola; Pedagogias insurgentes; Recôncavo Baiano; Unilab.

### Abstract

This article presents teaching practices in anthropology carried out at Unilab at Campus dos Malês, in Recôncavo Baiano. Taking as a reference activities carried out in collaboration with/in quilombola communities in the region, the intention is to use proportions that take into account perspectives, places and forms of knowledge of the people we engage in anthropological work. By shifting the learning processes to the territories and places where people's lives take place, it is intended to show that the teaching of anthropology can be an experience immersed in life. It is noteworthy that the inclusion of community collaborative methodologies in the ways of teaching anthropology is an effect of the democratization of access to public universities in Brazil, and a way of consolidating a pedagogical turn in favor of epistemic representativeness of people and social groups historically excluded from university spaces.

### Keywords

Anthropology and education; Quilombola history; insurgent pedagogies; Recôncavo Baiano; Unilab.



### Há diferença no ensino de antropologia?<sup>1</sup>

**E**m sua obra “*A Volta Inversa na Árvore do Esquecimento e nas Práticas do Branqueamento (2019)*”, a pedagoga Claudilene Maria da Silva traz um importante recado subjacente aos desafios de uma educação para as relações étnico-raciais e de combate ao racismo. Segundo a autora, a noção de diversidade nos processos pedagógicos nasceu e se estruturou a partir da noção de igualdade. No entanto, fazemos parte de uma “tradição pedagógica que aprendeu a lidar com a igualdade, e não com as diferenças” (Silva 2019:25). Por isso “quando precisamos tratar pedagogicamente as diferenças, ‘pensamos que o pedagógico é superá-las, exigindo de todos a mesma trajetória educativa’” (Arroyo *apud* Ibidem).

Ao atuar a caminho da diversidade sem (re)conhecer as diferenças nos processos pedagógicos, docentes e instituições de ensino terminam por “desenvolver práticas curriculares e pedagógicas que atuam na manutenção do racismo, do preconceito e da discriminação no cotidiano” (Ibidem), ainda que, em alguns casos, pretendam o contrário. A saída, segundo a autora, é oferecer uma política curricular que trate pedagogicamente as diferenças de forma equitativa (Silva 2019: 26): ou seja, assumindo-as e incluindo-as no próprio processo educacional.

As observações oferecidas por Claudilene Maria da Silva são importantes para a antropologia, e nos inspiram três questões iniciais. Duas delas decorrem do fato desta ciência ser, no conjunto das Humanidades, aquela que devota um lugar bastante especial aos estudos da diversidade e da diferença humanas. É geralmente a partir de relações de atenção e aprendizado com as pessoas nos seus lugares de vida que antropólogos/as produzem conhecimento sobre as condições e

---

<sup>1</sup> Este artigo foi contemplado na modalidade “Melhor Trabalho de Antropologia no Brasil” do Prêmio ABA de Ensino de Antropologia (Edital 2020). Meus agradecimentos se dirigem: aos membros das comunidades quilombolas colaboradores das ações, em especial, Dona Joselita Gonçalves dos Santos, José Américo Borges e Rose Braga; aos/às estudantes e professores/as da Unilab envolvidos/as nas dinâmicas; às Pró-Reitorias de Pesquisa, Ensino e Extensão da Unilab; ao Comitê de Ensino em Antropologia da ABA. Um agradecimento especial ao colega Guillermo Vega Sanabria, pelas inspirações e incentivos no debate sobre ensinar e aprender antropologia. Informações sobre o edital e a premiação podem ser acessadas em: [https://www.32rba.abant.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=539](https://www.32rba.abant.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=539). Acesso: 24/05/2021.

potenciais da existência humana no mundo (Ingold 2016). Com isso fomentam, através da pesquisa, deslocamentos de perspectiva em relação às alteridades, engajando movimentos em prol da diversidade, do direito à diferença e da justiça social.

No entanto, se a relação de aprendizado com as pessoas e seus lugares de vida é imprescindível para o exercício da pesquisa e do conhecimento antropológicos, o que ocorre em relação ao ensino de antropologia? Por acaso esta inclinação à diversidade e à diferença (advinda do encontro com pessoas no mundo) tem sido considerada, também, nos modos e métodos de ensinar antropologia?

A outra é derivada das transformações pelas quais passaram as universidades brasileiras nas duas últimas décadas em decorrência das políticas públicas voltadas ao Ensino Superior. Refiro-me tanto ao Reuni<sup>2</sup>, em sua proposta de expansão das universidades e cursos para regiões notadamente desassistidas, quanto às políticas de ingresso amparadas pela lei de cotas, que permitiram a democratização do acesso às populações historicamente ausentes<sup>3</sup>. Com esses dois programas, os corredores e salas de aula das universidades públicas deixaram de ser lugares majoritariamente habitados por pessoas brancas oriundas das classes sociais mais abastadas do país, para ser povoados pela população negra, indígena, quilombola, economicamente pobre e historicamente subalternizada, com origens, trajetórias educacionais, de vida e visões de mundo diversas.<sup>4</sup>

Mas, afinal de contas, o que essa nova demografia universitária, marcadamente mais diversa e diferente do ponto de vista étnico, racial, de gênero e socioeconômico, implica nos modos de pensar, fazer, ensinar e aprender antropologia? Como estímulo a essas questões, pretendo apresentar casos específicos a partir do lugar institucional no qual estou vinculado: a

---

<sup>2</sup> O Reuni é o Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação de Universidades Federais. Foi instituído pelo governo federal através do decreto 6.069 de 2007.

<sup>3</sup> No Brasil, as políticas de quotas raciais nas universidades foram implementadas paulatinamente, começando por algumas iniciativas pontuais em universidades estaduais e federais a partir de 2000, até ser instituída a Lei nº 12.711 de 2011 e o Decreto nº 7.824 de 2012.

<sup>4</sup> Nos últimos 20 anos, a proporção de estudantes negros e indígenas triplicou nas universidades brasileiras. A participação da população pobre multiplicou por seis (Morales *et al.*, 2018). Ver também: [//piaui.folha.uol.com.br/diploma-acesso-e-retrocesso/](http://piaui.folha.uol.com.br/diploma-acesso-e-retrocesso/). Visto em 22/05/2021.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, conhecida por Unilab. Mais precisamente, o Campus dos Malês do Instituto de Humanidades e Letras, sediado na cidade de São Francisco do Conde, no Recôncavo Baiano.

Apresentarei três ações institucionais de ensino de antropologia que partiram de práticas colaborativas junto às lideranças de comunidades quilombolas da região, bem como estudantes e docentes da Unilab. Tais atividades buscaram guiar-se pela atenção aos lugares onde as pessoas vivem, seu chão, e assim incorporar e posicionar os sujeitos, territórios e saberes quilombolas nas práticas e processos pedagógicos vinculados à antropologia. Enquanto homem branco oriundo e formado nos centros de saber hegemônicos do sudeste e sul do país, reforço as implicações e limitações do meu lugar sobre processos desiguais que não me atingem do modo como atingem aqueles/as com os quais convivo. Deste modo reconheço os privilégios de raça, gênero e classe inerentes à minha trajetória de vida, como forma de sedimentar o compromisso e a responsabilidade para uma educação antirracista e transformadora.

### **Universidade e Território Negro**

Criada no ano de 2010 com sede na cidade de Redenção, no Estado do Ceará, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab) é resultado da convergência de pelo menos três diferentes eixos de políticas públicas no Brasil, a saber: o Reuni; as políticas afirmativas de promoção da igualdade racial e combate ao racismo; bem como a política externa brasileira voltada ao estabelecimento de novas aproximações diplomáticas, econômicas e de cooperação com os países do Sul Global. Nesse sentido, a Unilab pode ser interpretada como corolário das políticas afirmativa e africana no Brasil, sendo resultado da luta histórica dos movimentos negros no combate à desigualdade racial (reverberada na criação da lei de cotas e da obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira), além de instrumento de cooperação internacional com o continente africano (De Lucca e Buti 2020).

Por isso, parte das vagas de seus cursos é reservada a estudantes internacionais provenientes dos países membros da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) a qual mantém parceria, a saber: Guiné Bissau, Moçambique,

Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Timor Leste. O que implica dizer que a diversidade e as diferenças culturais atuam como condição do contexto institucional, algo que necessariamente implicará no tipo de antropologia que ali se faz. Por se propor um projeto africano no Brasil, a Unilab inova no perfil de sua comunidade acadêmica, bem como nos seus cursos e projetos pedagógicos curriculares, dentre os quais os oferecidos pelo Instituto de Humanidades e Letras do Campus dos Malês, no estado da Bahia, onde sou servidor desde maio de 2016.

O Campus dos Malês está sediado no município de São Francisco do Conde, cidade de população majoritariamente negra localizada no Recôncavo Baiano, a 60 quilômetros de Salvador. O município possui sua linha litorânea em boa parte contornada pelo ecossistema manguezal, o que implica dizer que a maioria dos estudantes oriundos da cidade e da região pertence a famílias que fazem da pesca nos manguezais uma prática de geração de renda e segurança alimentar, além de estabelecer, com este mesmo ecossistema, vínculos de relação histórica e afetiva.

Além de território negro e pesqueiro, a cidade tem lugar especial na história da cadeia canavieira e petroleira nacional, o que faz as paisagens do manguezal serem impactadas pelo extrativismo predatório. Ali nasceu tanto o Brasil colonial escravista dos grandes latifúndios e engenhos de cana-de-açúcar, quanto o Brasil petroleiro da segunda metade do século vinte, marcando a ruptura do sistema da agroindústria açucareira centrada nas usinas para o das indústrias de base e petroquímicas, cujas instalações transformaram radicalmente a malha territorial do Recôncavo Baiano e as paisagens de manguezal da Baía de Todos os Santos (Brandão 1998).

Por isso a cidade conjuga aos territórios pesqueiros no ecossistema manguezal o arruinamento dos ambientes de pesca, a concentração fundiária e a frouxidão da legislação ambiental, tensionando e conformando o modo de vida dos pescadores artesanais a duas forças: de um lado a grande propriedade, que cerceia a liberdade de habitar o mangue e devasta territórios com o agronegócio, hidronegócio e a pecuária; de outro, o complexo petroquímico e seus muitos modos de perturbação e contaminação, desde as bases ativadas e desativadas de exploração do petróleo, o sistema de escoamento, refino e transformação, os aterros sobre o mangue e as áreas devastadas por vazamentos novos e antigos (Buti 2020). Por isso, falar da história de São Francisco do Conde é falar da história do

petróleo e do monocultivo de cana-de-açúcar no Brasil, história essa inscrita nas estruturas de paisagem habitadas pelas comunidades negras, quilombolas e pesqueiras da região.

### **Ecopedagogias da Terra**

Ao se instalar como campus fora de sede no entorno das áreas de manguezal da cidade no ano de 2015, a Unilab necessariamente passa a produzir dinâmicas vinculadas ao contexto. O que implica a realização de atividades que incluem os territórios quilombolas pesqueiros em suas práticas de ensino, pesquisa e extensão coproduzidas junto às comunidades. Me atreei às atividades pelas quais atuei como colaborador, sabendo que elas são apenas parcela pequena de contribuição de outras tantas atividades realizadas pela comunidade acadêmica junto às comunidades locais.

As propostas as quais colaborei tiveram inspiração em alguns engajamentos das comunidades quilombolas do Recôncavo e da Grande Salvador na produção de dinâmicas que estou aqui chamando de “ecopedagógicas”, ou ligadas à “pedagogia da terra” (Gutierrez e Prado 1999; Gadotti 2001). A ecopedagogia, ou pedagogia da terra, é um movimento pedagógico com origem na educação problematizadora de Paulo Freire, atuando na “promoção da aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida cotidiana” (Gadotti 2001: 89). Nela “encontramos o sentido ao caminhar, vivenciando o contexto e o processo de abrir novos caminhos; não apenas observando o caminho” (Ibidem).

Em tais dinâmicas, comunidades quilombolas da região têm produzido vivências sobre aspectos de sua história e vida cotidiana a partir de um roteiro de navegação nos ambientes e lugares, relegando ao que chamamos de *natureza* um importante índice de referencialidade e marcação da *cultura*. Essas dinâmicas têm dimensão socioambiental, e se dão como forma de valorizar o grupo, reforçar direitos territoriais, fomentar a economia sustentável local e denunciar conflitos e problemas vividos ligados aos racismos fundiário e ambiental. Tomando conhecimento de tais dinâmicas a partir da Unilab, buscamos articulá-las nas práticas pedagógicas institucionais. Trarei exemplos de três atividades de ensino e extensão realizadas com/em comunidades quilombolas na região, e o quão a incorporação dos seus modos de engajar a temática reverberou

de forma inovadora nas dinâmicas pedagógicas ligadas ao exercício da antropologia.

### **Um Diálogo de Saberes**

Em março de 2017 coordenei um curso de extensão chamado *Diálogo de Saberes com Quilombos*. Foi nesse ano que a Unilab passou a se amparar em uma política de inclusão dos povos quilombolas e indígenas no Brasil mediante editais de preenchimento das vagas ociosas. Essa agenda é decorrência de um histórico de interdição a estes coletivos dos espaços universitários hegemônicos, seguindo uma tendência de outras universidades no Brasil. De lá para cá, 206 quilombolas e 88 indígenas ingressaram nos cursos da Unilab na Bahia e no Ceará, conjugando ao projeto de internacionalização o fortalecimento da interiorização com ênfase nos povos e comunidades tradicionais.<sup>5</sup>

A demanda de ofertas para este público específico espelha a realidade do Recôncavo: na região existem trinta e uma comunidades quilombolas autodeclaradas junto à Fundação Cultural Palmares (Carvalho e Fernandes 2019). Estas comunidades vêm engajando uma frente ampla de demandas coletivas indissociadas do debate fundiário, socioambiental, antirracista e de luta pelos territórios pesqueiros (Zagatto 2011). A intenção com o *Diálogo de Saberes* era introduzir o debate sobre quilombos conjugando encontros em sala de aula guiados por referências bibliográficas com dinâmicas nas comunidades quilombolas de Dom João e Cordoaria guiadas por seus engajadores. Além de estudantes e moradores das duas comunidades, participaram das vivências alguns docentes da Unilab.

A ideia era não somente fomentar a discussão para os/as estudantes e fazê-los/as conhecer territórios e territorialidades quilombolas, mas propiciar intercâmbios intercomunitários nos seus lugares de vida, e produzir o compartilhamento de experiências novas. Na ocasião, compreendíamos que a Unilab

---

<sup>5</sup> No campus dos Malês, 156 quilombolas ingressaram via editais especiais até o ano de 2020, pertencentes a oito comunidades quilombolas, em grande parte localizadas no Recôncavo Baiano, como Dom João e Monte Recôncavo (São Francisco do Conde), São Brás e Acupe (Santo Amaro), e Santiago do Iguape (Cachoeira). Além destas, estudantes de comunidades do Baixo Sul Baiano e da Chapada da Diamantina completam os quadros discentes quilombolas, além de um estudante indígena do povo Kaimbé da Bahia.

poderia fortalecer a agenda quilombola na região, sobretudo a realização de atividades institucionais que considerassem as perspectivas, os modos de vida e as estratégias pedagógicas locais. Além de apresentar a Unilab na região e estimular a entrada de estudantes quilombolas, seria uma forma, também, de fomentar o intercâmbio das comunidades com estudantes internacionais provenientes do continente africano, como estratégia de dissipar alguns equívocos e preconceitos inerentes às representações sobre África e os africanos correntes na região.<sup>6</sup>

A conexão com o quilombo Dom João se deu por estar localizado em uma área de manguezal contígua ao campus dos Malês, e ter, na ocasião, uma importante liderança quilombola e moradora do local matriculada no curso de Bacharelado em Humanidades: Dona Joselita Gonçalves dos Santos, conhecida por Dona Joca<sup>7</sup>. Além de Dona Joca, outro mestre contribuiu na ação: o pescador José Américo Borges, conhecido por Zé do Guaiamum<sup>8</sup>. Ambos estão vinculados ao Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais da Bahia, e por isso conectados a uma rede regional intercomunitária que vem atuando em prol dos direitos dos territórios quilombolas e pesqueiros na região. Por isso, Dona Joca e Seu Zé têm estimulado inúmeros encontros e trocas de saberes entre as comunidades acadêmica e locais no território de Dom João, incluindo pesquisas, aulas, defesas de trabalho de Conclusão de Curso, mutirões e feiras.

Já o quilombo de Cordoaria compôs o curso por desenvolver há alguns anos as *Trilhas Étnicas Ecológicas do Quilombo de Cordoaria*. Estas têm sido oferecidas à sociedade civil e instituições de ensino da região, sobretudo as escolas da rede pública de Camaçari, cidade onde está situada<sup>9</sup>. As Trilhas são organizadas pelo Grupo de Ação e Assistência ao Quilombo de

---

<sup>6</sup> Alguns trabalhos de Conclusão de Curso da Unilab realizados por estudantes internacionais problematizam as situações de xenofobia e preconceito vividas. Ver De Lucca e Buti (2021).

<sup>7</sup> Hoje dona Joca é bacharela em Humanidades e graduanda no curso de Ciências Sociais da Unilab.

<sup>8</sup> Pelo reconhecimento da sua contribuição nas práticas educacionais na Unilab, o colegiado de Licenciatura em Ciências Sociais indicou José Américo Borges para receber o título de Notório Saber a Mestres e Mestras do Campus dos Malês. A indicação está em trâmite junto aos setores da Unilab.

<sup>9</sup> Informações sobre as Trilhas Étnicas Ecológicas do Quilombo de Cordoaria estão em <https://quilombocordoaria.wixsite.com/cordoaria>. Visto em 30 de setembro de 2020



Cordoaria (GAAQC), em um engajamento colaborativo capitaneado por quatro principais lideranças locais: Rose Braga, Maria Cristina dos Santos, José Angelino de Santana e Florisvaldo Gomes, este, mestre dos saberes vinculados ao manejo das roças.

O fato desta comunidade estar em um município fora do Recôncavo Baiano foi um modo de conectar áreas de manguezal com diferentes contextos e ecossistemas, reforçando a novidade das experiências. Conectar os quilombos de Cordoaria e Dom João foi também uma forma de estimular a comunidade de Dom João na produção das *Trilhas Étnicas Ecológicas* em São Francisco do Conde. Para o curso, construímos coletivamente um plano de ensino que intercalava, a cada encontro em sala de aula, um encontro nos territórios de Cordoaria e Dom João, totalizando quatro encontros. Neles pudemos construir um roteiro sobre a vida e história da comunidade referenciadas nos ambientes de vida. A produção das narrativas ficou ao encargo das comunidades, que guiavam os/as participantes ao longo de lugares-histórias.

Assim Cordoaria, por exemplo, celebrou a reativação de seu engenho de farinha conduzindo os participantes pela mata que dá acesso ao rio Joanes. As águas desse rio foram represadas nos anos 1930, fazendo submergir um engenho senhorial antigo e as casas dos ancestrais escravizados, cujos descendentes foram obrigados a deslocar-se abruptamente ao lugar onde hoje se encontram. Na trilha, uma poetisa recitava a história da resistência negra na região. A narrativa produzida nos lugares ligava a mata e o tacho de farinha “*dos tempos dos escravizados*” incrustado na beira do rio a um mestre de ofício agricultor que contou, de dentro do engenho, a história da colonização do Brasil e de formação da comunidade a partir da mandioca, enquanto o beiju era produzido por algumas anciãs.



*Figura 1 – Descendo a mata na Trilha Étnica Ecológica a caminho do rio Joanes, no Quilombo de Cordoaria, Março de 2017. Foto: <https://portalabrantes.com>.*

### **Pisar, Colher, Pescar, Comer**

Na semana seguinte, Dom João conduziu os/as participantes às áreas de manguezal e aos aterros da Petrobrás sobrepostos ao mangue. Guiados por um gaíamunzeiro e uma marisqueira de barco a motor pelo rio Dom João e pelos caminhos alagadiços do manguezal, os caminhantes acompanharam a captura de sururus e guaiamuns, conheceram os procedimentos tecnológicos para a pesca destes mariscos, além de vivenciarem os efeitos do racismo ambiental em decorrência das infraestruturas de petróleo pisadas no chão.



*Figura 2 – À esquerda, barco atracando no manguezal. À direita, caminhada nas feições do manguezal em Dom João, Março de 2017. Fotos: Rafael Buti*

Após o retorno de barco, inspirados na narrativa produzida por Cordoaria na semana anterior, os moradores de Dom João nos conduziram a um senhor agricultor que nos apresentou algumas variedades de aipim plantadas. Estimulado pelas questões levantadas pelos/as participantes, o referido senhor, além de explicar nuances das variedades de aipim, informou dar “*de agrado*” parte de sua colheita ao proprietário da fazenda, uma vez que não tem terras para fazer roça. A convite do ancião agricultor, ao fim os participantes colheram algumas raízes de aipim, levando-as para casa. O saber agroecológico no manejo das roças vinculado ao relato do “*agrado*” ao proprietário das terras mostrou as assimetrias na relação dos quilombolas com os proprietários de terra no Recôncavo, que condicionam a possibilidade de plantar à obrigação de uma retribuição abrandada pelo “*agrado*”, conotativo das assimetrias do meio rural brasileiro (Moura 1991).





*Figura 3 – À esquerda, a colheita do aipim. À direita, o aipim colhido.  
Março de 2017. Fotos: Rafael Buti*

A problemática vinculada às violências fundiárias e às contaminações por petróleo vivida em Dom João foi abordada no intervalo entre os dois roteiros de caminhada. Neste intervalo, o grupo reuniu-se no quintal de uma família do local, que explicou sua trajetória de vida e de luta no quilombo Dom João, sobretudo os episódios de despejo dos moradores locais e derrubada de dois terreiros de candomblé ocorridos há alguns anos.

Ambas as vivências em Dom João e Cordoaria tiveram um comum desfecho ou momento ritual: pratos típicos foram oferecidos aos/às participantes ao som de músicas locais, com intuito de fortalecer o comércio familiar, celebrar a vida, os saberes e o trabalho vinculados à pesca, à culinária e à agricultura.



*Figura 4 – À esquerda, culinária quilombola em Dom João. À direita, panela com o marisco coletado. Março de 2017. Fotos: Rafael Buti*

O compartilhamento do alimento é uma forma de ritualizar a força da vida e da comunhão diante da morte e da violência impostas pelos inimigos históricos: o racismo, a escravidão, o fazendeiro, a invisibilidade na História e na oficialidade, a contaminação e o arruinamento das paisagens. Os eventos de comensalidade associados às ecopedagogias são estratégias comunitárias para mostrar que no prato oferecido e na panela temperada está tudo que vem da terra e das águas percorridas no próprio trajeto: elementos da vida e da existência local manejados, plantados, colhidos e pescados pelas mãos de quem ali vive. Em suma, é uma forma de conectar o evento aos modos de existência no território, bem como afirmar que a dimensão do cotidiano da vida, sua alegria e força, é um ato de resistência que se deve cuidar, valorizar e celebrar.

### **Caminhulas no Percurso do Petróleo**

Engajamentos comunitários que pretendem comunicar o local ao externo, as dinâmicas ecopedagógicas parecem jogar com duas dimensões importantes enfatizadas pelo antropólogo Tim Ingold (2015). A primeira, de que as histórias estão imersas

no mundo, e que devemos dedicar às paisagens um lugar importante de compreensão e referencialidade do social; a segunda, de que caminhadas são, embora historicamente negligenciadas, recursos metodológicos importantes para a compreensão dos modos de existência, perspectivas e percepções dos/as nossos/as interlocutores/as. Além dessas duas dimensões (que podemos chamar epistemológica e metodológica), as propostas construídas em colaboração com/nas comunidades trouxeram também uma dimensão pedagógica, uma vez que pretendiam, sobretudo, ensinar.

Inspirado nas experiências de Dom João e Cordoaria, passei a incorporar as caminhadas dentro de alguns componentes curriculares da Unilab<sup>10</sup>, como instrumento de compartilhamento de saberes ligados a temas específicos articulados aos textos. A intenção era estimular aos estudantes um olhar atento sobre modos de produção das paisagens de manguezal, sobretudo seu histórico de precarização diante das infraestruturas da *plantation* e do petróleo. Estimulado por autores/as como Tim Ingold (2015) e Anna Tsing (2015), a ideia era fomentar dinâmicas de atenção às paisagens, como modo de compreensão de processos históricos caros às territorialidades quilombolas e pesqueiras do lugar. Era uma forma, também, de pautar a temática da justiça ambiental e ambientalização das lutas sociais tais quais formuladas por Henri Acselrad (2010).

A primeira delas ocorreu em 12 de maio de 2018, como desdobramento das atividades para o componente Cultura e Meio Ambiente oferecido para os cursos de Licenciatura em Ciências Sociais e Bacharelado em Humanidades. A atividade consistiu em um roteiro de caminhada que ligava o Campus dos Malês à Trincheira do Marapé, nome dado a uma base de exploração do petróleo localizada no manguezal homônimo próximo da Unilab. Foi um pescador quilombola de Dom João quem guiou a turma no que se convencionou chamar de “*caminhaula*”.

A data escolhida não foi aleatória: ela antecedia o 13 de maio, e com isso buscava refletir sobre discriminação racial no debate ambiental. A intenção com a vivência foi produzir uma experiência sobre o racismo ambiental com foco nos modos de

---

<sup>10</sup> Trata-se dos componentes *Cultura e Meio Ambiente, Território e Identidade e Laboratório de Saberes*. Para conhecer alguns resultados de uma dessas práticas, Ver Buti (2020)

habitar e resistir das comunidades quilombolas e pesqueiras da cidade diante dos efeitos da cadeia petrolífera nos manguezais. Por isso, no trajeto o pescador ensinava desde referências da territorialidade local (mostrando lugares de despacho do candomblé e árvores frutíferas), a técnicas de pesca e de ocorrência dos caranguejos, bem como os efeitos perturbadores da cadeia petrolífera, com seus aterros, ruínas, mangues mortos, tubulações defeituosas e outras formas de precarização que percorríamos no chão.

A intenção era que no dia 17 daquele mesmo mês fizéssemos uma dinâmica da turma em sala de aula com a presença do nosso convidado, para que pudéssemos fazer um relato das experiências e construir uma devolutiva à comunidade. Qual não foi nossa surpresa quando, na data combinada em sala de aula, nosso convidado relatara, com indignação e preocupação, que durante aquele mesmo dia Dom João havia amanhecido com parte de sua área de manguezal atingida por um vazamento de petróleo ocorrido na madrugada. Na ocasião, um duto que liga justamente a Trincheira de Marapé a um reservatório próximo se rompera por decorrência das fortes chuvas que fizeram desabar um aterro sobre as infraestruturas do petróleo<sup>11</sup>. Naquele dia, em lugar de pescadores e marisqueiras trabalhando no manguezal de Dom João, homens e caminhões da Petrobrás trabalhavam para contornar o desastre, em meio ao forte cheiro que se podia sentir da estrada.

Era como se tivéssemos antevisto o ocorrido, ao fazermos a *caminhaula* na Trincheira do Marapé quatro dias antes do vazamento com o intuito de tematizar o racismo ambiental. A catástrofe no dia anterior à aula apenas reforçou um ensinamento do pescador sobre a dimensão ordinária e cotidiana dos vazamentos: sejam eles em grande ou pequena proporção, de curta ou longa duração, perceptíveis ou não. Afinal de contas, não existe exploração de petróleo segura (Naharaha 2020). Nosso plano de ensino, que visava capturar o debate sobre precarização dos lugares de habitabilidade pesqueira, ia aos poucos sendo capturado pela lógica rotineira do projeto ecocida do petróleo, tendo em vista que desastres ambientais não são acidentes de percurso, são um projeto, são o próprio percurso. Éramos simplesmente uma turma que atravessou o seu caminho,

---

<sup>11</sup> Essa ocorrência consta Registro de Fiscalização do Inema, processo número 1092/2018.

e por isso poderíamos pautar, como nos ensina Acselrad (2010), esse ambiente injustiçado, proceder na luta pela justiça ambiental. Como desdobramento do ocorrido, foi organizada uma caminhada ao território contaminado, para que conhecêssemos os efeitos imediatos do vazamento e visitássemos a sede da Defesa Civil para cobrar soluções.

### **Água Preta do Tóxico Tour**

Realizado no dia 25 de maio e incluído nas atividades de extensão do Festival das Culturas da Unilab, esta segunda caminhada se inspirou em um evento chamado *Tóxico Tour Ilha de Maré*, comunidade quilombola parceira de Dom João localizada em uma das ilhas da porção sudeste da Baía de Todos os Santos. Nesta comunidade, o *Toxico Tour* vem sendo realizado com certa recorrência junto ao Movimento dos Pescadores e Pescadores Artesanais da Bahia, e tem inspiração nas dinâmicas da campanha antipetroleira *Nenhum Poço a Mais*<sup>12</sup>. Trata-se de um *tour* feito em pequenas embarcações, mediado pelas lideranças comunitárias, cujo desfecho é aportar na ilha, conhecer lugares arruinados e de referencialidade da vida coletiva e compartilhar a culinária e a musicalidade locais.

Dois meses antes do vazamento ocorrido em Dom João eu havia participado do *Toxico Tour Ilha de Maré* como desdobramento das atividades ligadas à campanha pela regularização dos territórios pesqueiros no Fórum Social Mundial de Salvador<sup>13</sup>. Este “turismo tóxico” consiste em navegar em pequenas embarcações ao longo de *lugares/histórias* no movimento das águas, tendo como referentes tanto coroaos perturbadas por dragas, poços de petróleo em áreas de mangue, colorações das águas indicando vazamentos, quanto grandes

---

<sup>12</sup> A Campanha “Nem um Poço a Mais” foi lançada em Vila Velha, no Espírito Santo, entre os dias 26 e 28 de junho de 2015. O evento de lançamento reuniu integrantes de comunidades quilombolas e de pescadores artesanais capixabas, da Bahia, do Ceará e do Rio de Janeiro. Junto a eles, integrantes de redes, organizações e movimentos sociais. Para maiores informações, acessar: <https://areaslivresdepetroleo.org/>. Visto em 02 de maio de 2020.

<sup>13</sup> Este Toxico Tour inspirou o documentário *Assassinos Invisíveis*, produzido junto a Mídia Ninja. Aspectos importantes das contaminações industriais estão presentes no vídeo a partir da perspectiva de duas importantes lideranças da Ilha de Maré que tem engajado o racismo e a justiça ambiental: Eliete Paraguassu e Marizelha Lopes. Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=jA925zZV0J8>. Visto em 30 de setembro de 2020.



navios em curso que levam e trazem para longe as *commodities* e produtos industrializados ao complexo industrial de Camaçari e ao polo naval de Aratu, estes, lugares que transformaram a Baía de Todos os Santos em um corredor logístico do geocapitalismo global.



*Figura 5 - Tóxico Tour Ilha de Maré. Percebam a substância industrial caindo do navio ao mar. Ao lado do navio está uma das pequenas embarcações que levavam os/as participantes do Tóxico Tour. Fevereiro de 2018. Foto: Rafael Buti.*

Inspirados na proposta da Ilha de Maré, engajamos em Dom João o *Tóxico Tour Dom João* na programação do Festival das Culturas da Unilab, com a elaboração de um roteiro acompanhado pela equipe multimídia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). O evento contou com outros/as estudantes e professores/as presentes no festival. Este roteiro ia do alto do ponto da estrada onde o duto se rompeu às áreas de manguezal e canavial em Dom João localizadas à jusante do vazamento.



*Figura 6 - Caminhos percorridos no Tóxico Tour Dom João. Maio de 2018.*

*Foto: Proext/Unilab*

Ao nos avizinharmos de um lugar próximo ao duto rompido acompanhados da Defesa Civil da cidade, repentinamente se aproximou do grupo um fazendeiro de terras. Ele negava o vazamento de petróleo, afirmando tratar-se de um vazamento de água. Sua versão foi rebatida pelas lideranças quilombolas presentes, que afirmavam tratar-se de petróleo.



Instantes depois descemos morro abaixo por uma área de canavial em direção ao manguezal de Dom João. Ao ali chegarmos, pudemos percorrer os rastros devastadores deixados pelo petróleo: sentir seu forte cheiro, tocar-lhe em sua consistência oleaginosa e compreender como se inscreve nas diferentes texturas do chão e das espécies (terra firme, manguezal, costeiro, mangue mole, árvores, arbustos, troncos, riachos). Assim foi possível saber que o vazamento não era de água, mas de petróleo. Nas palavras divertidas de um/a participante a presente: “*só se for água preta*”.



*Figura 7 – Participante do Tóxico-Tour mergulha a extremidade da cana de açúcar em um canavial atingido por petróleo. A intenção era mostrar a “água preta” que desceu do morro. Maio de 2018. Foto: Unilab/Proext*

Escamotear e esconder a gravidade do vazamento de petróleo é algo recorrente na região, sendo uma dentre as dimensões do racismo ambiental a que pretendíamos conhecer quando iniciamos a proposta das caminhaulas. Esse tipo de estratégia não está circunscrita apenas aos proprietários de terra da região: os poderes públicos locais, estaduais e federais tendem a relegar os vazamentos à invisibilidade como forma de

escamotear sua dimensão ordinária<sup>14</sup>. A atividade serviu, também, para solicitar à Defesa Civil do município (lugar também visitado pelo trajeto) medidas de reparação aos danos causados.

O efeito pedagógico do *tóxico tour* foi imediato. Os/As participantes puderam conhecer, *in locu*, não somente o que ocorre com um lugar cheio de petróleo, mas os mecanismos que estruturam o racismo no Brasil, e que escolhem e relegam ao silenciamento os corpos e territórios negros ao bel prazer das contaminações. A atividade teve rebatimento em um dos estudantes guineenses presentes. Ao ser perguntado pelo cinegrafista que cobria o evento o que esperava encontrar no Brasil antes de aqui chegar, o estudante assim respondeu:

Eu pensava num outro tipo de Brasil, diferente deste. Assim, eu tinha ideia de dois tipos de Brasil, o Brasil da metrópole, e outro tipo de Brasil como este aqui, mas sempre colocava minha visão, minha pessoa, num Brasil diferente desse. Portanto, meu apelo aqui é pedir ao governo federal que pensasse em um outro tipo de Brasil. Populações vivendo nesse tipo de situação é um pouco difícil, um pouco difícil, precisamos pensar num outro tipo de Brasil.

O relato revela o estranhamento de um estudante internacional no interior do Brasil diante de uma situação lida como surpreendente. Seu sentimento de injustiça perante o que ouviu e viu na paisagem perturbada, e seu questionamento sincero às autoridades para tomar providências na construção de um “outro tipo de Brasil”, são efeitos das experiências vividas na Unilab. Como este, há outros/as estudantes internacionais trazidos para este lado do Atlântico que refletem sobre suas alteridades e estranhamentos de se aportar em um Brasil não imaginado.

### **Uma virada pedagógica**

Certamente nenhum dos aspectos que pretendia abordar ligados às temáticas dos territórios e territorialidades quilombolas e pesqueiras no âmbito da antropologia poderiam

---

<sup>14</sup> O próprio relatório técnico do Inema (processo 1092/2018) ignorou a gravidade do ocorrido, ao afirmar que os impactos não atingiram os humanos, e que o vazamento não petrolificou os caranguejos. Uma carta aberta enviada pela Associação Quilombola de Dom João à época anexava uma quantidade enorme de fotos com peixes, manguezais e caranguejos cobertos de petróleo (Associação Quilombola Porto Dom João 2018).

surtir efeitos tão potentes no processo educacional não fosse estarmos percorrendo, literalmente, as histórias quilombolas no chão. O chão nos permitiu a conexão entre histórias de pessoas e lugares produzidas no caminhar. Histórias contadas e sentidas, com emoção, medo, drama, esperança e dor. Histórias produzidas com o cheiro da mata e do prato, com o barulho das águas, o balanço do barco, o silêncio de um mangue morto, o odor do petróleo, o canto do pássaro-preto anunciando o dendê. Histórias inscritas nas paisagens, que revelam a potência da vida e sua precariedade e injustiça diante das assimetrias sentidas. Histórias que se conectam, sim, aos livros.

Pudemos compreender, através destas experiências, a potencialidade de incluir metodologias e abordagens pedagógicas comunitárias nas aulas. Elas são um modo de praticar o ensino de uma antropologia imersa na vida, que incorpore a diversidade mais-que-humana, problematize o cotidiano a caminho da justiça socioambiental e propicie a vivência e articulação entre o que o intelectual quilombola Antônio Bispo chama de “saberes orgânicos” (relativos às formas de conhecimento comunitárias) e “saberes sintéticos” do mundo (referentes às formas de conhecimento acadêmicas) (Santos 2015).

Como exemplo cito a resposta de dois estudantes a um formulário por mim produzido na finalização do curso *Diálogo de Saberes Com Quilombos*. Ao ser perguntado sobre a “experiência de aprender sobre quilombos através dos encontros em sala de aula e nas comunidades”, um deles respondeu: “A melhor forma de *incorporar um conhecimento* é fixá-lo tanto na mente quanto no corpo, e essa *paridade* nos foi oferecida pela disciplina. Um diálogo que partiu da sala de aula para o campo de pesquisa, [que] nos põe em um *lugar de observação e vivência concreta*”, e permite “aprender de forma dinâmica sobre um assunto, e nos oferece diversas *possibilidades de pontos de vista* dentro e fora da universidade”.

Já outro estudante, buscando responder um item sobre sugestões solicitadas à continuidade do curso, assim escreveu: “Gostaria de agradecer pelo *aprendizado prático* que é um ensinamento que marca para o resto da vida, e sugerir que tenhamos mais atividades desse tipo, porque ensino não se dá somente em sala de aula: nada melhor do que você *ver, viver, sentir* para ter o *real aprendizado*”.

Ora, aprender diversas possibilidades de ponto de vista a partir de vivências concretas é o que os/as antropólogos/as fazem quando estão em trabalho de campo. Para isso, vivem, veem e sentem junto às pessoas em seus lugares no mundo, e com isso produzem o conhecimento antropológico. Se essa relação de aprendizado com as pessoas e seus lugares de vida é imprescindível para o exercício da pesquisa e do conhecimento antropológicos, ela pode também o ser para o ensino de antropologia. Para isso é necessário que nós, docentes, engajemos, através da sala de aula, correspondências com outras formas de viver e compartilhar o conhecimento. Isso implica fazer do ensino de antropologia uma prática incorporada também no mundo, deslocando os processos de aprendizado para os lugares onde a vida das pessoas se realiza.

A dimensão ecopedagógica nas práticas institucionais de ensino acima descritas tende a tensionar nossos lugares comuns enquanto docentes universitários, quando reservamos aos quadrados da sala de aula e dos livros a exclusividade da referencialidade dos saberes reportados. Tenciona, também, o controle que exercemos na condução do processo pedagógico. Ecopedagogias como as *caminhauilas*, o *tóxico tour* e as *trilhas étnicas* nos fazem perder (metafórica ou literalmente) o chão, o privilégio do controle da situação, a nosso favor e, também, desfavor, deixando que os próprios acontecimentos gerados pelo movimento da vida produzam reflexões, tensões, histórias, conexões e experiências que, mesmo imprevistas, se tornam fundamentais para o processo.

As dinâmicas ecopedagógicas na Unilab revelam, sobretudo, os efeitos da democratização do acesso à universidade pública no Brasil, e a reverberação da diversidade de saberes em nossas práticas de pesquisa, ensino e extensão. A antropologia, embora pretenda uma sinergia conceitual com outros saberes a partir de uma agenda para a diversidade, parece tímida quanto à possibilidade de incorporá-la nos seus modos de ensinar: crítica que começou a ser formulada por antropólogos indígenas como Gersem Luciano (2008), do povo Baniwa. Em suma, precisamos colaborar para nossa “virada”, também, “pedagógica”: enquanto processo de reverberação nos modos institucionais de ensinar através de confluências colaborativas juntos aos nossos interlocutores. É uma forma de recuperar o que a pedagoga Claudilene Maria da Silva (2019) nos ensina: a necessidade de um tratamento pedagógico da diferença.

Atividades como as acima mencionadas partiram do princípio de uma coprodução que reverbera no modo de estabelecer experiências antropológicas a caminho de um conhecimento compartilhado de saberes. É preciso estar, também, atento aos limites éticos de se trabalhar em contextos de conflito e contaminação, uma vez que as comunidades locais e acadêmica podem ficar expostas ao estigma e aos riscos. A ação deve ser necessariamente coproduzida de forma institucional, e a ênfase deve ser a busca pelos direitos, pela justiça e pela afirmação da vida. É o caminho para uma educação problematizadora engajada por uma antropologia imersa na vida.

### **Referências Bibliográficas**

- ACSELRAD, Henri. 2010. “Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental”. *Estudos Avançados* 24 (68): 103-119.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. (Org) 1998. *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia.
- BUTI, Rafael Palermo. 2020. “Imagens do Petroceno: habitabilidade e resistência quilombola nas infraestruturas do petróleo em manguezais do Recôncavo Baiano”. *Amazônica* 12(1): 277-301.
- CARVALHO, Ana Paula C.; FERNANDES, Mariana. B. 2019. “O Negro no Recôncavo da Bahia: reflexões sobre construções identitárias, retóricas de etnicidade, raça e cultura”. *Ilha* 21(2):7-34.
- DE LUCCA, Daniel; BUTI, Rafael Palermo. 2021. “Os Malês nas margens do Atlântico Negro: desafios da interiorização e da internacionalização da Unilab no Recôncavo Baiano”. *Anuário Antropológico* 46(1): 119-144.
- GADOTTI, Moacir. 2001. *Pedagogia da terra: Ecopedagogia e educação sustentável*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. 1999. *Ecopedagogia e cidadania planetária*. São Paulo: Cortez.
- INGOLD, Tim. 2015. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. São Paulo: Vozes.

- \_\_\_\_\_. 2016. “Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia”. *Educação* 39 (3): 404-411.
- LUCIANO, Gersém José dos Santos. Antropologia indígena: o caminho da descolonização e da autonomia indígena. Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil. 2008
- MORAES, Gustavo Henrique; ALBUQUERQUE, Ana Elizabeth M. (Orgs). 2018 *Cadernos de estudos e pesquisas em políticas educacionais* 3(4) – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- MOURA, Margarida Maria. 1991. “Liberdade e Igualdade: reflexões sobre campesinato sertanejo e política”. *Cadernos Ceru* 2 (3):07-32.
- NAHARAHA, Karine. 2020. “Os “desastres ambientais” e a máquina de morte do Ocidente: diálogos entre Marimba Ani e Ailton Krenak”. *Coletiva*, Dossiê 27.
- SANTOS, Antônio Bispo. 2015. *Colonização, Quilombos: modos e significações*. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia. Universidade de Brasília.
- SILVA. Claudilene Maria. 2019. *A Volta Inversa na Árvore do Esquecimento e nas Práticas de Branqueamento: práticas pedagógicas escolares em história e cultura afro-brasileira*. Curitiba: CRV.
- TSING, Anna L. 2015. “Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras”. *Ilha* 17(1): 177-201.
- ZAGATTO, Bruna Pastro. 2011. *Eu sou marisqueira, lavradora e quilombola: uma análise do processo de construção de identidade nas comunidades rurais do Guai, Maragojipe, Bahia*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Submetido: 31 de maio de 2021

Aceito: 26 de julho de 2021